AS MARCHAS DA MACONHA SÃO UMA CONQUISTA DA DEMOCRACIA

NOTA DA ARTICULAÇÃO NACIONAL DE MARCHAS DA MACONHA

A liberdade se anuncia,
Nas lutas do dia-a-dia.

A história de nosso País, desde a chegada dos conquistadores europeus a estes territórios, é uma sucessão de violências das oligarquias contra os povos originários, negras e negros escravizados, e classes trabalhadoras, além das opressões de gênero, raça/etnia, LGBTQIAPN+fobia, capacitismo, xenofobia, dentre outras. Nestes cinco séculos, prevaleceu a dominação a ferro e fogo dos colonizadores, escravocratas, burgueses, com apoio das altas hierarquias militares. As resistências populares foram sempre "resolvidas" com banhos de sangue, da Cabanagem até Canudos, e às grandes greves do começo do século XX. E como ápice deste processo tivemos a longa ditadura militar de 1964/1985, que marcou mais uma vez a nossa história com a tortura e os assassinatos de seus opositores.

A sonhada redemocratização que buscamos em 1988, com a Constituição Federal chamada de "Cidadã", permitiu que alcançássemos conquistas importantes como a liberdade de associação, de manifestação e expressão, de reunião, dentre outras, e vimos cada vez mais as ruas serem tomadas por milhões de pessoas lutando por seus direitos. Mas nem todos os movimentos tiveram essa garantia.

A luta contra a absurda política de drogas proibicionista que criminaliza cidadãs e cidadãos deste país pelo simples fato de fazerem uso de substâncias – denominadas "drogas" - em seus próprios corpos, vem crescendo desde a redemocratização, mas quando ativistas de vários lugares do Brasil resolveram sair às ruas para defender a legalização da maconha e de outras ditas "drogas" através das Marchas da Maconha, enfrentaram feroz repressão por parte de autoridades civis e polícias militares, com prisões e outras violências e arbitrariedades.

Diante destes graves ataques à democracia e aos direitos humanos, que são proclamados em nossa Constituição Federal, houve a iniciativa de recorrer-se ao Supremo Tribunal Federal, através da ADPF – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – nº 187, na qual aquela Corte afirmou de maneira taxativa que não somente as Marchas da Maconha, mas toda e qualquer iniciativa em defesa da legalização das drogas não constitui prática do crime de apologia ao uso de drogas, encerrando qualquer polêmica acerca desse tema. Chamamos a atenção a este importante aspecto: as Marchas da Maconha foram o único movimento social que se viu obrigado a recorrer ao Supremo Tribunal Federal para poder atuar livremente, à luz do dia, sem que disso resultasse qualquer forma de criminalização ou punição.

Lamentavelmente, nestes últimos 2 anos, ao lado do ascenso do ultraconservadorismo e do fascismo, vimos o surgimento de tentativas de proibição das Marchas da Maconha, como em Volta Redonda e Sorocaba em 2022, inclusive nesta última com ação judicial movida pela Prefeitura Municipal, sem êxito. E neste ano, na mesma Sorocaba a Câmara Municipal aprovou projeto

de lei que foi sancionado pelo Prefeito – seu autor – proibindo não só a realização da Marcha da Maconha mas quaisquer outras iniciativas de discussão sobre uma nova política de drogas. E inspirados neste exemplo vereadores fascistas de Campinas, Limeira e Jundiaí, no Estado de São Paulo, bem como de João Pessoa, na Paraíba, além de um deputado estadual desta última, apresentaram igualmente proposições legislativas proibindo as Marchas.

Ao mesmo tempo, observamos o recrudescimento da repressão às ações de redução de danos, como aconteceu no município de Olinda com a invasão e apreensão de materiais de forma arbitrária com a Polícia Militar de Pernambuco invadindo a "Escola Livre de Redução de Danos", e no município de Bauru, no Estado de São Paulo, com a proibição arbitrária pela Prefeita da distribuição dos materiais elaborados pelo Programa Municipal.

Não podemos nos calar nem nos intimidar com essas ações que são inconstitucionais, ilegais, e uma afronta à democracia e aos direitos humanos. Manifestamos nossa solidariedade a toda militância antiproibicionista, de redução de danos e das Marchas da Maconha, que vem sendo alvos de tais ataques, e adotaremos todas as medidas jurídicas e legais cabíveis para garantir nosso direito de manifestar nas ruas e em quaisquer espaços da cena social e política a defesa de nossas bandeiras, pelo fim dessa absurda ordem proibicionista e criminalizadora das drogas.

Chamamos a solidariedade de todos os movimentos sociais e de defesa dos direitos humanos do Brasil, para que se somem a nossa luta em defesa do direito de manifestação, expressão e reunião das Marchas da Maconha e da militância antiproibicionista. Reafirmamos: os ataques às Marchas da Maconha e às ações de redução de danos são uma ameaça à democracia e aos direitos humanos.

As Marchas da Maconha continuarão acontecendo por todo o Brasil, e em cada vez mais municípios e estados do Brasil, e nenhuma escalada repressiva e fascista nos intimidará. As ruas e praças são nossas, e a cada dia mais e mais pessoas em nosso País compreendem o crime que é a continuidade desta guerra, que não tem nenhum efeito benéfico à sociedade, e provoca as mortes e o encarceramento de milhares de jovens negros e pobres das favelas e periferias.

Nenhum passo atrás!

As Marchas da Maconha continuarão a ocupar as ruas do Brasil!

Chega de guerra! Legaliza!